

ANAIS
DO
PARLAMENTO BRASILEIRO

CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS
TERCEIRA SESSÃO DA VIGÉSIMA LEGISLATURA
DE 3 A 30 DE SETEMBRO DE 1888

VOLUME V

RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1888

ÍNDICES¹
DAS
MATÉRIAS CONTIDAS NESTE VOLUME

Correspondência

Do **Sr. deputado Mattoso Câmara.** – Datado de hoje, comunicando não poder comparecer por haver falecido seu pai. P. 1

Do **Ministério do Império.** – De 31 do mês findo, em resposta aos ofícios de 18 de julho e 22 de agosto findos, remetendo documentos e informações relativas à concessão feita à Santa Casa de Misericórdia do Recife, do auxílio de 9:000\$ em prestações, que foram abonadas de outubro de 1882 a junho de 1883. P. 1

Do **Ministério da Justiça.** – De 29 do mês findo, em resposta ao ofício n. 223 de julho deste ano, devolvendo, informado, o requerimento em que o juiz de direito José Manoel Cavalcanti de Almeida pede um ano de licença para tratar de sua saúde. P. 1

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** – De 31 do mês findo, em resposta ao ofício de 21 de julho próximo findo, remetendo cópias das informações prestadas pela diretoria geral dos correios sobre a execução da lei n. 3313 de 16 de outubro de 1887, que estabelece o abatimento de 20% na taxa do transporte de jornais pelo correio. P. 1

Do **Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo.** – De 31 do mês findo, enviando dois exemplares da exposição com que lhe foi passada a administração da província de São Paulo pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues, 1º vice-presidente da mesma província, em 23 de junho do corrente ano. P. 2

Do **Sr. Dr. Augusto Fausto de Souza.** – De 24 do mês findo, remetendo dois exemplares do Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco José da Rocha abriu a 2ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia da província de Santa Catarina, em 11 de outubro do ano passado, e igual número da Exposição com que o mesmo Exmo. Sr. passou a S. Ex. a administração daquela província, em 20 de maio último. P. 39

Do **Ministério do Império.** – Datado de hoje, comunicando que Sua Majestade o Imperador se dignará receber no Paço da cidade, logo depois do *Te-Deum*, a deputação desta Câmara que tem de cumprimentar o mesmo Augusto Senhor pelo aniversário da Independência e do Império. P. 59

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** – De 31 de Agosto findo, em respostas ao ofício n. 237 de 8 daquele mês, devolvendo informado o requerimento em que o capitão reformado do Corpo de Bombeiros Domingos Itacolomy Guanabara Ferreira pede para ser-lhe abonado o soldo por inteiro da patente de capitão, visto ter sido reformado por decreto de 13 de junho deste ano. P. 59

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

Da **Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.** – De 23 de Agosto findo, transmitindo um exemplar do Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova 2º vice-presidente, passou a administração da mesma província ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Jacintho, de Mendonça, em 7 de outubro do ano próximo findo, e da Fala por este dirigida a Assembleia Provincial, por ocasião da instalação da 1ª sessão da 23ª legislatura, no dia 1º de novembro seguinte, bem como um exemplar do Relatório apresentado pelo referido Dr. Mendonça a seu sucessor em 27 de janeiro deste ano. P. 5

Do **Sr. 1º Secretário do Senado.** – De 5 do corrente, comunicando que aquela Câmara adotou e vai dirigir à sanção imperial a resolução que autoriza o governo a rever as contas do ex-pagador da Pagadoria Central de S. Pedro do Sul. Estansláo José de Freitas, discriminando os alcances por exercício, e limitando a responsabilidade do fiador, coronel Tristão José Pinto. P. 71

Do **Ministério de Estrangeiros.** – Da mesma data, em aditamento no ofício de 23 de junho último, remetendo, por cópia, duas notas trocadas entre a Legação Imperial em Berlim e o governo da Alemanha, relativamente à moção aprovada por esta Câmara, acerca do falecimento do Imperador alemão Frederico III. P. 71

Do **Ministério da Guerra.** – De 4 do corrente, em resposta ao ofício n. 248 de 14 do mês próximo passado, devolvendo informado o requerimento do alferes honorário do Exército Antonio Paes de Sá Barreto, que pede pagamento de vencimentos a que se julga com direito. P. 71

Do **Sr. deputado Olympio Campos.** – Datado de 10 do corrente, comunicando que deixa de comparecer às sessões por ter falecido seu pai . P. 95

Do **Ministério do Império.** – De 6 do corrente, em resposta ao ofício n. 287 de 4 também do corrente, declarando haver comunicado ao presidente da província de Minas Gerais a decisão desta Câmara, sobre a eleição a que se procedeu ultimamente no 9º distrito da mesma província. P. 116

Do **mesmo Ministério.** – De 11 do corrente, transmitindo os papéis relativos ao ato pelo qual o presidente da província do Espírito Santo negou sanção, por inconstitucional, ao projeto da respectiva Assembleia Legislativa, que aumenta o subsídio dos membros da mesma Assembleia. P. 144

Do **Ministério da Fazenda.** – De 11 do corrente, em resposta ao ofício de 14 de agosto próximo passado, devolvendo informado o requerimento dos diretores das companhias de fiação e tecidos estabelecidas no município neutro, em que solicitam isenção do imposto predial, não só para os prédios em que funcionam as mesmas fabricas, como para aqueles em que habitam os operários. P. 169

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** – De 10 do corrente, em aditamento ao ofício n. 13 de 31 de julho último, comunicando que, em vista das reclamações recebidas acerca do horário dos trens do ramal de Caldas da estrada de ferro Mogiana, acaba de providenciar no sentido de entrar em novo acordo com a respectiva companhia, a fim de serem restabelecidos os trens diários do referido ramal. P. 169

Do **mesmo Ministério.** – De 11 do corrente, em resposta ao ofício de 10 de julho próximo passado, devolvendo informado o requerimento em que João Baptista Marques Fogaça, contador aposentado da administração dos Correios da província de Goiás, pede melhoramento de aposentadoria. P. 169

Do **Sr. chefe de divisão graduado Ignacio Joaquim da Fonseca.** – De 12 do corrente, remetendo um exemplar da translação que fez do moderno Guia do Serviço da Marinha Alemã. P. 169

Do **Sr. deputado Cruz.** – De hoje, comunicando que, por incômodos de saúde, tem deixado de comparecer às sessões desde o dia 10 do corrente. P. 191

Do **Sr. 1º Secretário do Senado.** – De 13 do corrente, remetendo com emendas à proposta do governo que fixa a despesa do Ministério da Marinha para o exercício de 1889. P. 191

Do **Ministério do Império.** – De hoje, remetendo cópia do decreto desta data, pelo qual Sua Majestade o Imperador houve por bem prorrogar novamente a atual sessão da Assembleia Geral até ao dia 30 do corrente mês. P. 191

Do **Sr. 1º Secretário do Senado.** – De 13 do corrente, comunicando que por aquela Câmara foi adotada e vai ser dirigida à sanção imperial a resolução que concede ao desembargador da Relação de S. Luiz, dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, um ano de licença com o respectivo ordenado. P. 213

Do **mesmo.** – Da mesma data, fazendo idêntica comunicação relativamente à resolução que concede um ano de licença, com o respectivo ordenado, ao lente da 1ª cadeira do 5º ano da Faculdade Jurídica de São Paulo, Dr. João Pereira Monteiro. P. 213

Do **Ministério do Império.** – Datado de hoje, em resposta ao ofício de 3 do corrente, devolvendo, informado, o requerimento em que o Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho, lente da Faculdade de Medicina da Bahia, pede um ano de licença com os respectivos vencimentos para tratar de sua saúde. P. 213

Do **Ministério da Fazenda.** – De 14 do corrente, transmitindo a representação da Diretoria Geral da Contabilidade do Tesouro Nacional, sobre alteração das épocas que por lei lhe foram fixadas para apresentar os balanços definitivos e provisório da receita e despesa do Império. P. 213

Do **Sr. 1º Secretário do Senado.** – De 14 do corrente, comunicando haver sido adotada por aquela Câmara e vai ser dirigida à sanção imperial a resolução que releva da prescrição em que incorreu D. Manoela das Dores Silva Charão, a fim de poder receber o meio soldo que lhe compete, desde a data do falecimento de seu pai, o capitão do Exército Manoel Adolpho Charão. P. 217

Do **mesmo.** – De 15 do corrente, remetendo com emendas à proposta do governo, que fixa a despesa do Ministério do Império para o exercício de 1889. P. 217

Do **Ministério do Império.** – Datado de hoje, em resposta ao ofício de 11 do corrente, sob n. 298, remetendo as atas das eleições ultimamente feitas em 1º e 2º escrutínio na paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Paraty, do 12º distrito da província do Rio de Janeiro. P. 218

Do **Sr. Ministro da Fazenda.** – De 13 do corrente, pedindo a designação de dia e hora para apresentar uma proposta do Poder Executivo. P. 218

Do **Ministério do Império.** – De 18 de Setembro, em resposta ao ofício n. 300 de 14 do corrente, declarando que devem existir no Arquivo desta Câmara as atas e os documentos, cujas cópias são solicitadas, concernentes à eleição feita em 1 de dezembro de 1884 no 5º distrito da província da Paraíba, visto que tais papéis foram presentes à 1ª comissão de inquérito que assinou o parecer n. 76 de 1885 sobre aquela eleição. P. 265

Da **junta apuradora** das eleições a que se procedeu no 12º distrito da província do Rio de Janeiro, para preenchimento da vaga aberta nesta Câmara pelo falecimento do Dr. Antonio Candido da Cunha Leitão, de 18 do corrente, enviando cópia autêntica da ata da apuração. P. 267

Do **Sr. 1º Secretário do Senado**. – De 19 do corrente, remetendo com emendas à proposta do Poder Executivo, convertida em projeto de lei, que fixa a despesa do Ministério da Justiça para o exercício de 1880. P. 295

Do **mesmo**. – De 20 do corrente, comunicando haver constado àquela Câmara que foi sancionada a resolução que autoriza o governo a conceder um ano de licença com o ordenado ao Dr. João Pereira Monteiro, lente catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo. P. 295

Do **Ministério da Justiça**. – De 18 do corrente, em aditamento ao aviso de 4 de julho do corrente ano, expedido em resposta ao ofício n. 142 de 26 de junho deste ano, transmitindo cópia dos processos instaurados na comarca do Bom Conselho, província de Pernambuco, contra João Alves Feitosa Atalaia, pelos crimes de morte e perjúrio, e contra Joaquim Antero da Silva Vieira por crime de homicídio. P. 295

Do **Sr. Dr. José Moreira Alves da Silva, presidente da província do Maranhão**. – De 31 de Agosto último, enviando dois exemplares da Fala que o Exmo. Sr. Dr. José Bento de Araujo dirigiu à Assembleia Provincial, acompanhada do Relatório com que este passou a S. Ex. a administração daquela província. P. 295

Do **Ministério da Guerra**. – De 19 do corrente, transmitindo informado o requerimento em que o 2º tenente do 3º regimento de artilharia Antonio Ignacio da Cruz, pede concorrer com os alferes da arma de cavalaria e infantaria nas promoções que tenham de haver para os postos de tenente, visto não poder ser promovido em sua arma por não ter o respectivo curso. P. 326

Do **Ministério da Fazenda**. – De 21 do corrente, em resposta ao ofício n. 286 de 3 do corrente, devolvendo, informado, o requerimento em que D. Ignacia Francisca Rego Monteiro, viúva do major Miguel Joaquim do Rego Monteiro, e mãe do falecido capelão, capitão do corpo eclesiástico do Exército, Braulio Ludgero do Rego Monteiro, pede pagamento da diferença entre os meio-soldos que lhe competem desde a data do falecimento do seu filho até 8 de Agosagosto1887. P. 326

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. – Da mesma data, em resposta ao ofício n. 144 de 18 de junho do corrente ano, transmitindo informações acerca do pedido do engenheiro Augusto Carlos da Silva Telles, concessionário da estrada de ferro de Benevente a Santa Luzia, para eu seja dada garantia de juros de 4% sobre o capital de 6.000:000\$ que o mesmo engenheiro reputa necessário e suficiente à construção da dita estrada. P. 327

Do **Sr. 1º Secretário do Senado**. – De 21 do corrente, remetendo com emenda à proposta do Poder Executivo, convertida em projeto de lei por esta Câmara, que fixa a despesa do Ministério de Estrangeiros para o exercício de 1889. P. 327

Do **mesmo**. – De 22 do corrente, enviando com emenda a proposição desta Câmara que concede por decreto de 28 de maio de 1887, ao aprendiz artilheiro reformado Alfredo Amando de Souza Aguiar, a pensão de 400 réis diários. P. 327

Do **Sr. deputado Araujo Pinho**. – Datado de hoje, declarando que, por motivo de família, é obrigado a retirar-se desta capital por alguns dias, durante os quais deixará de comparecer às sessões. P. 348

Do **Ministério da Guerra.** – De 22 do corrente, em resposta ao ofício n. 167 de 10 de julho último, devolvendo informado o requerimento em que o tenente reformado do exército José Caetano da Silva pede reverter ao quadro efetivo do mesmo exército. P. 348

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** – Da mesma data, transmitindo o requerimento de vários empregados da Inspeção Geral das Obras Públicas da Corte, que pedem lhes seja contado o tempo de serviço com direito a aposentadoria nos lugares que ora exercem. P. 348

Do **Ministério da Guerra.** – De 24 do corrente, transmitindo o requerimento em que o 2º sargento do 1º regimento de cavalaria ligeira Carlos Martins de Freitas, pede ao Poder Legislativo dispensa de excesso de idade para se matricular no curso preparatório anexo à Escola Militar da Corte. P. 367

Do **Sr. deputado Juvencio de Aguiar.** – De 25 do corrente, comunicando que por motivo de moléstia grave de pessoa de sua família, é forçado a partir para Pernambuco. P. 367

Do **Ministério do Império.** – Datado de hoje, remetendo cópia do decreto pelo qual Sua Majestade o Imperador houve por bem prorrogar novamente a atual sessão da Assembleia Geral até o dia 10 de outubro próximo vindouro. P. 379

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** – De 26 do corrente, em resposta ao ofício de 8 do mês findo, declarando que o governo imperial não cabe tomar conhecimento da petição de alguns fazendeiros estabelecidos em Campos Novos de Paranapanema, província de São Paulo, no sentido de ser alterado o atual regimento das terras. P. 379

Do **Ministério da Guerra.** – De 25 do corrente, em resposta ao ofício n. 221 de 30 de julho último, devolvendo informado o requerimento em que D. Anna Coelho de Figueiredo, viúva do capitão Joaquim Soares de Figueiredo, pede pagamento do meio soldo completo do dito seu marido, desde a data do falecimento deste. P. 398

Do **Ministério da Fazenda.** – De 26 do corrente, em resposta ao ofício n. 273 de 28 de agosto próximo passado, transmitindo a demonstração das quantias entregues à Associação Promotora da Colonização de São Paulo. P. 398

Da **mesa da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina.** – De 22 do corrente, enviando a representação que a mesma Assembleia resolveu levar ao conhecimento desta Câmara, no sentido de ser conservada a verba suficiente para perseguirem os trabalhos da estrada de rodagem – D. Francisca – até a vila do Rio Negro. P. 398

Requerimentos apresentados por deputados

Do **Sr. Ribeiro da Cunha.** – Constando que o Sr. Presidente do Conselho, mediante acordo, incumbiu ao Banco de crédito real do Recife de prestar auxílios à lavoura de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, de conformidade com as cláusulas do contrato ultimamente feito com o Banco do Brasil;

Sendo certo que a lavoura da província do Maranhão atravessa uma crise muito grave, devida à desorganização das fazendas abandonadas pelos libertos, e a impossibilidade de recursos para o pagamento pontual do salário aos trabalhadores:

Requeiro que, com urgência, informe o governo sobre as providências que pretende emprestar em relação ao estado precário em que se acha a mesma província do Maranhão, que conta no seio do Ministério um dos seus representantes vitalícios; ou si, indiferentes, espera o

governo que termine a época da safra para prestar socorros tardios, ineficazes, depois de perdida a probabilidade de remediar-se o mal existente. P. 2

Do Sr. Mariano da Silva. – Requeiro que se peça ao governo, por intermédio do Ministério do Império, as seguintes informações:

- 1.º Se o governo tem conhecimento das arbitrariedades praticadas pelo presidente de Mato Grosso, o coronel Francisco Raphael de Mello Rego, contra os cidadãos Virgílio da Silva Taques, Mariano da Silva Taques, Francisco Gonçalves da Silva e Desiderio da Silva Albuquerque, mandando violentamente prendê-los, arrombado para isso as suas casas alta noite, e metendo-os na enxovia, sem que crime algum cometessem?
- 2.º No caso afirmativo, se é certo que o mesmo presidente lançara mão de todos os recursos, faltando até oficialmente à verdade, para que o Tribunal da Relação de Cuiabá não expedisse ordem de habeas-corpus em favor daqueles cidadãos?
- 3.º Se é certo que o dito presidente exercera pressão sobre o promotor público da capital, a fim de não dar andamento a uma justificação requerida em sua defesa por aqueles cidadãos, como tudo consta de um folheto publicado naquela cidade pelo advogado Francisco Agostinho Ribeiro? P. 2

Do Sr. Affonso Celso. – Asseguram pessoas fidedignas, que várias irregularidades se tem dado ultimamente na alfândega de Santos.

Ha, por exemplo, um conferente que, encarregado de conferir a bagagem dos imigrantes em São Paulo, passa todo o tempo na mesma cidade de Santos, tratando de negócios particulares, e recebendo, sem desconto, pelo serviço que devia desempenhar na capital, pingue gratificação

Requeiro informações a respeito do Ministério da Fazenda. P. 2

Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo qual a razão por que não é posta em concurso a cadeira de pintura de passagem da Imperial Academia de Belas Artes, vaga há longos anos. P. 2

Do Sr. Affonso Penna. – Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

A quanto montam os prêmios pagos pela construção de navios, no Império, desde que entrou em execução a lei n. 2348 de 25 de agosto de 1873, art. 11, § 5º, n. 2?

Qual o resultado obtido com os prêmios distribuídos?

Tem dado lugar a abusos o sistema de dar prêmios segundo denuncia o relatório da fazenda de 1887? Quais são esses abusos? P. 60

Do Sr. Affonso Celso. – Vagando um lugar de cônego da Sé de São Paulo e aberto o respectivo concurso, apresentou-se um concorrente de quem foi exigida, como condição *sine qua non*, apresentação da carta de *ex-cordinatione* do Sr. arcebispo da Bahia. Sem se esperar, entretanto, o documento pedido, é proposto no lugar em concurso um outro candidato. O primeiro, julgando-se ferido no seu direito, interpõe recurso à Coroa da decisão que o prejudicava e oferece embargos à carta de apresentação do proposto.

Responde o prelado suspendendo de ordens o embargante.

Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo se tem consciência do fato, se não acha irregular o procedimento do referido prelado, e, no caso afirmativo, que providências tomou para o corrigir. P. 60

Do Sr. Alves de Araujo. – Havendo o presidente da província do Paraná desconhecido a competência da assembleia daquela província e negado sanção por inconstitucionais aos projetos que suprimiram a comarca de S. José dos Pinhais e transferiram para um dos lentes do liceu as funções exercidas pelo diretor da Instrução Pública; requeiro que, por intermédio do Ministério do Império, se requisitem cópias dos referidos atos presidenciais. P. 60

Dos **Srs. Lemos e H. Salles.** – Requeiro que se solicite do governo, por intermédio do Ministério da Justiça, cópia do requerimento feito pelo bacharel Claudio Herculano Duarte, pedindo recondução no lugar de juiz municipal de termo de S. Sebastião do Paraíso, em que, durante largo período, prestou relevantes serviços ao país; e bem assim cópia dos documentos juntos a esse requerimento e da informação prestada a respeito da pretensão pela presidência da província de Minas Gerais. P. 60

Do **Sr. Affonso Penna.** – Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministério da Fazenda, se recebeu alguma proposta de Antonio Homem de Loureiro, ou de outra pessoa, para vender ao Estado trapiches alfandegados, que possuem na cidade de Belém, província do Pará, quais os termos da proposta, informações oficiais que a acompanham e que solução teve. P. 79

Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério da Agricultura, as seguintes informações: É exato que a Inspetoria Geral de Terras e Colonização mandou proceder a novo levantamento da planta da colônia Rodrigo Silva, estabelecida em Barbacena, tendo esse serviço sido feito no corrente ano por empregados, sob a direção de profissional competente, engenheiro da Estrada de Ferro D. Pedro II?

Que razões teve a Inspetoria para duvidar da perfeição do trabalho feito, de modo a justificar a nova despesa que se terá de fazer com a verificação do perímetro das terras da colônia? P. 79

Do **Sr. Carlos Peixoto.** – Requeiro se requisite do governo, por intermédio do Sr. Ministro da Justiça, as seguintes informações:

- 1.º Se o juiz de direito da comarca de Itapeçerica, Dr. Braz Bernardino Loureiro Tavares, tem violado mais de uma vez a lei, mandando pôr em liberdade réus não absolvidos unanimemente, sem deixar passar o prazo legal, nos casos em que a lei o tem estabelecido;
- 2.º Quantos processos tem esse juiz caprichosamente instaurado contra o digno juiz municipal de Itapeçerica, Dr. José Pape da Silva Lopes, e quais as decisões finais;
- 3.º Ha muito tempo está o mesmo juiz municipal privado do exercício de suas funções, graças a esses caprichosos processos? p. 79

Do **Sr. Affonso Celso.** – Tem o governo conhecimento de correrias de selvagens em Campos Novos de Parapanema, província de São Paulo?

Que providências têm sido ultimamente tomadas para os conter?

Requeiro que se requisitem do Ministério da Agricultura estas informações. P. 79

Do **Sr. Affonso Penna.** – No relatório do Ministério da Agricultura de 13 de maio de 1887, à pág. 115, tratando-se da navegação dos rios Tocantins e Araguaia, se lê o seguinte: “Este serviço é ainda regido pelo contrato de 24 de abril de 1878, celebrado entre o governo imperial e João José Corrêa de Moraes, o qual, devendo durar 10 anos, terminará no ano próximo futuro. ”

Entretanto, no relatório do mesmo Ministério, datado de 14 de maio do corrente ano, à pág. 83 se lê o seguinte, relativamente à mesma navegação: “O antigo contrato de 24 de Abri de 1878, que ainda vigora, foi cumprido regularmente, seguindo as informações transmitidas pela presidência da província de Goiás, e só terminará a 30 de junho do ano vindouro. ” De conformidade com a clausula 10ª do contrato começava este a vigorar desde o exercício de 1878 a 1879, devendo findar-se em 30 de junho de 1888.

À vista das contradições notadas nos documentos oficiais, requeiro se requisite do governo, pelo Ministério da Agricultura, as seguintes informações:

Quando entrou em vigor o contrato de 24 de abril de 1878, celebrado pelo governo com o cidadão João José Correia de Moraes para a navegação do rio Araguaia e Tocantins?

Quanto se tem pago de subvenção para esse serviço? Quais os resultados obtidos na execução desse serviço? Desde quando tem o governo informações a respeito do cumprimento do contrato, e por quem foram elas prestadas? P. 95

Do **Sr. Affonso Celso**. – Cartas de pessoas fidedignas noticiam que na cidade de Atibaia, província de São Paulo, foi barbaramente espancado pela polícia, n'uma festa ultimamente realizada, o menor Aprigio de Toledo Santos, pelo simples fato, de dar vivas à República, sem que as autoridades providenciassem sobre o fato, como cumpria.
Requeiro informações a respeito do Ministério da Justiça. P. 121

Do **Sr. Affonso Penna**. – Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério da Fazenda, cópia do ato do presidente da província do Pará, mandando entregar ao fiador do concessionário das loterias da mesma província a caução de 100:000\$, mandada reter por ato da presidência de 18 de agosto de 1885 para pagamento de impostos gerais por este devidos, na importância de 153:000\$000. P. 144

Do **Sr. Affonso Celso**. – Noticiou em artigo editorial uma folha desta Corte que acham-se estremecidas as relações diplomáticas entre o Império do Brasil e o da Alemanha, ao ponto de resolver este retirar do Rio de Janeiro a sua legação, confiando os respectivos negócios a um cônsul geral, assinalado por sua energia.
Requeiro que, no caso de não exigir reserva a conveniência pública, preste o governo informações a respeito por intermédio do Sr. Ministro de Estrangeiros. P. 169

Do **Sr. Mac-Dowell**. – Requeiro que o governo, pelo Ministério da Justiça, informe quais as propostas que serviram de base às nomeações feitas pelo mesmo depois de 10 de março para a guarda nacional do Pará e em documento fundou-se para reformar diversos oficiais superiores da referida guarda, nomeadamente o tenente-coronel Cassiano Antonio de Souza Alvares. Outrossim, que forneça a esta Câmara cópia dos mapas da força, em virtude dos quais foram expedidos os decretos ns. 10009 e 10010 de 8 do mês passado, só hoje publicados, criando mais um batalhão de infantaria no município do Bragança e dois na comarca de Breves. P. 169

Do **Sr. Ribeiro da Cunha**. – Na comarca de Grajaú, província do Maranhão, foram violentamente recolhidos à cadeia os cidadãos Manoel Joaquim Cerqueira e Guilherme dos Anjos Franco e outros, barbaramente arrancados de seu leito de moléstia.
O presidente Moreira Alves escreve cartas confidenciais ao juiz municipal Souza Brito, autor de todas as desordens, cartas em que lhe diz “que conte com a sua administração”. E conserva nos lugares de agente do correio e coletor das rendas provinciais o cidadão Alexandrino Ferreira Lima, criminoso que se acha pronunciado pela autoridade competente.
Torna-se cada vez mais assustador o estado do Grajaú, onde o presidente Moreira Alves aumenta os elementos de desordem servindo-se do juiz municipal Souza Brito, que é o principal instrumento de perseguição contra a população da infeliz comarca.
Requeiro que informe o Ministério da Justiça sobre as províncias que pretende empregar a fim de chamar à ordem da lei, que protege atualmente a população do Grajaú; ou se consente o Ministério que o presidente do Maranhão esteja fazendo uma reação violenta a pretexto de criar partido para o Ministro da Marinha, que na província não conta adesões suficientes para firmar o seu domínio político. P. 169

O estado do Grajaú reclama toda a atenção do governo.

O Sr. Moreira Alves, presidente do Maranhão, conserva na delegacia de polícia e comando do destacamento o alferes Martiniano Francisco de Oliveira, que tentou recolher ao xadrez o Dr. Salvador Rosa, promotor público, e animar cada vez mais os desordeiros e os criminosos de toda a espécie.

O mesmo presidente demitiu do cargo de promotor público o Dr. Salvador Rosa, cidadão honestíssimo, que foi substituído por um estudante.

Dispensou o Sr. desembargador João Cavalcante do cargo de chefe de polícia encarregado pelo Sr. Dr. José Bento de Araujo de sindicar dos acontecimentos sediciosos do Grajaú; e logo que chegou à capital o mesmo Sr. desembargador Cavalcante, ordenou que imediatamente seguisse para o teatro da sedição o Dr. Candido Chaves, interrompendo assim uma comissão urgente, e contrariando a ordem que por telegrama foi expedida pelo atual Sr. Ministro da Justiça ao ex-presidente Dr. José Bento de Araujo.

Requeiro que informe o Ministério da Justiça se pretende deixar sem corretivo os desmandos do presidente do Maranhão, que está contribuindo poderosamente para a continuação da anarquia na comarca do Grajaú. P. 169

Do **Sr. Rodrigues Peixoto.** – Requeiro que, por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, se informe se há fundamento nas declarações feitas pela Gazeta da Tarde de ontem em artigo de fundo acerca das alterações em nossas relações diplomáticas com a Alemanha, e se é verdade que pretende retirar-se deste Império o ilustre representante dessa nação. P. 170

Do **Sr. Paula Primo.** – Na eleição geral de 1 de Dezembro de 1884, na qual o finado Visconde de Souza Carvalho, de saudosa memória, foi reeleito pelo 5º distrito da província da Paraíba, que tenho a honra de representar atualmente, apareceu ante esta Augusta Câmara o Dr. Albino Meira, lente da Faculdade do Recife, com papéis falsificados, que trouxe consigo, e de surpresa exhibiu, e com os quais procurou iludir a boa-fé do poder apurador e fazer-se reconhecer deputado, na confiança de ter previamente feito desaparecer do correio as legítimas autênticas e o próprio diploma do deputado eleito.

Este torpe e criminoso manejo não pôde sortir efeito, porque eu tinha trazido cautelosamente certidões de todas as eleições do distrito e respectiva apuração geral, e com estes documentos o Visconde de Souza Carvalho confundiu a trapaça ante a comissão de verificação, retirando-se corrido o Dr. Albino Meira, que no dia seguinte embarcou furtivamente para Pernambuco.

Chamando a atenção do digno secretário desta Augusta Câmara para o desaparecimento de todos os papéis referentes ao caso do arquivo, fato que me soou aos ouvidos, não posso afirmar, e S. Ex. verificará.

Requeiro que, pelo Ministério do Império, se requisite cópias das altas e de todos os documentos relativos à eleição geral havida no 5º distrito da província da Paraíba, no dia 1 de dezembro de 1884. P. 173

Do **Sr. Sebastião Mascarenhas.** – Requeiro que informe o governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que motivos o levaram a mandar inspecionar o núcleo – Rodrigo Silva – em Minas Gerais, e se foi encontrada ali alguma irregularidade. P. 220

Do **Sr. Rodrigues Peixoto.** – Constando dos jornais de Montevidéu, principalmente *La Razon*, que o Congresso Internacional ali reunido não funcionará sem que chegue o enviado brasileiro que tem de substituir os Srs. Ponte Ribeiro e Alencar, que se retiraram depois de assistir à solenidade de abertura já efetuada, requeiro que, pelo Ministério de Estrangeiros, se informe o que há de fundamento nessa noticia, e, se ela é verdadeira, porque não nomeia o governo, quanto antes, o aludido representante. P. 220

Do **Sr. Custodio Martins.** – Requeiro que, por intermédio do Sr. Ministro do Império, informe o governo, se no intuito de prevenir o aparecimento lamentável das epidemias que nesta época do ano comumente aparecem nesta capital, exigindo extraordinárias medidas higiênicas, não julga necessário e de toda urgência que seja, quanto antes, preenchido definitivamente o cargo de Inspetor Geral de Higiene Pública. P. 220

Do **Sr. Pedro Luiz.** – Requeiro que o governo informe à Câmara por que motivo ainda não designou dia e hora para responder às interpelações que há meses foram dirigidas aos Srs. Presidentes do Conselho e Ministério da Marinha a respeito de assuntos que correm por seus Ministérios. P. 220

Do **Sr. Affonso Celso.** – Requeiro que, pelo Ministério da Marinha, informe o governo se é exato estar contratado com um particular o fornecimento de peças de roupa para a intendência; e, no caso afirmativo, qual a razão por que deixa de ser seguido o antigo sistema de fornecimento, que além de outras vantagens, oferecia a de fornecer meios de subsistência a numerosas famílias. P. 220

Requeiro que, qualquer dos Srs. Ministros presentes ou mesmo o Sr. Presidente da Câmara, haja de dar notícias do projeto de bancos hipotecários, que sintetizava as províncias do governo, ao que ele próprio apregoava, - para salvar a lavoura -, projeto que, depois de apresentado e discutido com a máxima urgência, desapareceu inopinadamente, sem que ninguém saiba que fim levou. P. 220

Do **Sr. Affonso Celso.** – Pelos Ministérios do Império e da Fazenda requeiro as seguintes informações:

Qual a razão por que a secretaria do governo da província de Minas Gerais deixa de dar andamento a vários requerimentos, perfeitamente documentados, pedindo a naturalização de diversos estrangeiros, que há longo tempo lhe foram entregues?

Qual o motivo por que a diretoria de Fazenda da mesma província demora injustificavelmente as certidões requeridas para alistamento eleitoral? P. 242

O ilustre diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, Dr. Henrique Gorceix, apresentou há tempos ao Sr. Ministro da Agricultura minucioso relatório expondo um plano facilmente exequível, para se levantar a carta geológica da província de Minas Gerais, empresa de grande e intuitiva vantagem.

Nenhuma resolução foi tomada até agora a respeito.

Requeiro que o aludido Ministério preste informações sobre o motivo por que não toma em consideração tão importante assunto. P. 262

Requeiro que, pelos Ministérios da Justiça e Império, preste informações o governo sobre a demissão do diretor da instrução pública da província de Santa Catarina, demissão que, ao que noticiam telegramas do Desterro, foi exigida pela opinião pública indignada contra aquele funcionário. P. 262

Do **Sr. Theophilo dos Santos.** – Tendo sido cometidos abusos na revisão eleitoral procedida no ano de 1887 na comarca de Traipu, província das Alagoas, incluindo-se clandestinamente no alistamento 162 indivíduos, entre os quais menores de 21 anos, faltos de renda e outros requisitos legais, requeiro que se requisite do governo, pelo Ministério do Império, e pelos meios regulares, a remessa de todos os requerimentos, documentos e mais papéis relativos a dita revisão. P. 262

Do **Sr. Mariano da Silva.** – Requeiro que, pelo Ministério do Império, me seja ministrada cópia da informação dada pelo engenheiro Revy sobre a proposta dos melhoramentos materiais ao Rio de Janeiro, apresentada pelo cidadão Americo de Castro. P. 262

Do **Sr. Rodrigues Peixoto.** – Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministério do Império, se tem conhecimento de um matadouro, que, segundo denunciaram os jornais, foi levantado entre as freguesias de Inhaúma e Irajá, no qual se abatem rezes que sofrem de tuberculose e outras enfermidades. P. 267

Do **Sr. Cesario Alvim.** – Requeiro que, em vista da manifestação de desagrado geral havida em São Paulo de Muriaé pela remoção não requerida do Dr. Julio de Barros Raja Gabaglia, do cargo de promotor público daquela comarca, informe o Sr. Ministro da Justiça se não acha

conveniente aos interesses públicos ali aconselhar ao presidente de Minas Gerais a reconsideração de seu ato. P. 296

Do **Sr. Affonso Celso**. – O Congresso Farmacêutico desta Corte dirigiu há cerca de três meses ao Ministério do Império uma petição em que fazia justas reclamações. Em seguida, indo essa petição à Inspetoria de Higiene para informar, requereu o Congresso certidão da informação prestada.

A despeito, porém, das mais reiteradas solicitações, nenhum despacho até hoje foi dado. Requeiro que, pelo mencionado Ministério, informe o governo que razão de ordem pública impede a solução desse negócio. P. 296

Do **Sr. Coelho Rodrigues**. – Requeiro que, por intermédio do Ministério do Império, se solicite do governo que informe:

- 1.º Porque não tem sido decidida a reclamação dos farmacêuticos contra alguns artigos do decreto n. 9554 de 3 de fevereiro de 1886.
- 2.º Se já foi definitivamente aprovado o referido decreto e, no caso negativo, se está, não obstante em efetiva execução a sua parte penal. P. 328

Requeiro que, por intermédio do Ministério da Agricultura, se solicite do governo que informe:

- 1.º Se existe alguma reclamação pendente de decisão do mesmo ministério por infração de contrato feito por ele para introdução de imigrantes, e, no caso afirmativo, qual a razão e a importância da mesma reclamação;
- 2.º Quantas reclamações semelhantes tem recebido o governo desde 1860, quantas têm sido atendidas e quanto se tem pago aos reclamantes por esse motivo. P. 328

Do **Sr. Monteiro Manso**. – Requeiro que se informe a esta Augusta Assembleia, por intermédio do Sr. Ministro da Guerra, o seguinte:

- 1.º Em que caráter está viajando por Minas Gerais o Sr. D. Pedro Augusto?
- 2.º Se é como particular, à custa de quem? p. 328

Do **Sr. Affonso Celso**. – Requeiro que, a Presidência do Conselho de Ministros informe se à falta das reformas tão solenemente anunciadas quão desembaraçadamente preteridas, é pensamento do governo ir ajeitando desde já as coisas para a futura vitória dos candidatos conservadores derrotados no último pleito, no qual envidaram improficuamente os mais desesperados esforços, pensamento esse denunciado, por exemplo, pelo fato de haver sido nomeado para juiz municipal da sede do 2º distrito de Minas Gerais o cunhado, dependente e protegido do cidadão ali batido nas últimas eleições e que não cessa de trabalhar para desferrar-se, o que, entretanto, só conseguirá se o governo, como parece, resolver chamar a se o trabalho de elegê-lo. p. 328

Os tenentes coronéis da guarda nacional da comarca de Januária, província de Minas Gerais, fizeram propostas para o preenchimento das vagas dos seus batalhões. O presidente da província nada respondeu na ocasião. Passados tempos, porém, nomeou para os referidos cargos indivíduos diferentes dos propostos e sem a menor idoneidade para os cargos, com preterição dos oficiais subalternos dos aludidos batalhões.

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se está revogada a lei da guarda nacional quanto à proposta para preenchimento de postos, e no caso negativo, qual a explicação do fato de que se trata. P. 328

Do **Sr. Araujo Goes**. – Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministério da Justiça, o seguinte:

- 1.º Quantos juizes de direito foram removidos da província da Bahia para outras províncias no período decorrido de 1 de janeiro de 1878 a 20 de agosto de 1885, quais os seus nomes e comarcas, e os motivos de ordem pública que determinaram as remoções;

- 2.º Quantos juizes, municipais e de órfãos deixaram de ser reconduzidos na mesma provincia durante os anos de 1878, 1879, 1880 e 1881, quais os seus nomes e termos que occupavam, e as razões de conveniência pública que determinaram a não recondução;
- 3.º Quantos officiaes foram nomeados pelo governo imperial para a guarda nacional da mesma provincia, de 1 de janeiro de 1878 a 20 de agosto de 1885, sem que houvessem vagas e sem propostas do presidente da Bahia; quais os seus nomes e postos. P. 329

Do **Sr. Affonso Penna.** – Requeiro que o governo informe, pelo Ministério da Justiça, ouvido o presidente de Minas, qual o motivo de interesse público que deu lugar à remoção do bacharel David Moretzsoon Campista do lugar de promotor da comarca do Rio Preto para a de Muriaé, e bem assim se é compatível com a liberdade eleitoral o movimento de funcionários, em véspera da eleição senatorial, marcada para o dia 4 de outubro . P. 349

Do **Sr. Rodrigues Peixoto.** – Requeiro que o governo informe, pelo respectivo Ministério, se o Brasil tomou ou não parte no Congresso que se reuniu em Londres para abolir os privilégios que tem o açúcar e, no caso contrário, que razões lhe assistiram para assim proceder. P. 349

Do **Sr. Carlos Peixoto.** – Requeiro que, por intermédio do Sr. Ministro da Justiça, se informe quantos juizes municipais deixaram de ser reconduzidos na provincia de Minas Gerais no período de 1878 a 1885, bem como quantos juizes de direito foram removidos de comarcas da mesma provincia sem o requererem. P. 349

Do **Sr. Affonso Celso.** – O Sr. 1.º secretário da Câmara dos Deputados declarou ontem da tribuna que no 20.º distrito de Minas Gerais há “juizes de direito que são verdadeiros chefes políticos, não trepidando de cometer os maiores atentados, fazendo política de bacamarte, de sorte que não existe ali a menor garantia, estando todos os dias em perigo a segurança individual e sem respeito algum o direito dos pobres conservadores, entregues a uma magistratura infrene, capaz dos maiores despropósitos, vivendo em suma o mencionado distrito inteiramente fora da lei.”

Requeiro que o Sr. Ministro da Justiça, o qual não cessa de apregoar que reina em todo o país a mais santa paz, preste informações sobre o horroroso quadro descrito pelo Sr. 1.º secretario, declarando o motivo por que não cumpriu o dever de corrigir aqueles desatinos. P. 349

Noticiam jornais europeus que organizou-se uma companhia inglesa com o fim de explorar o território litigioso entre o Brasil e a Guiana Francesa, empresa de que faz parte Jules Gros, o presidente da malograda República de Cunani.

Requeiro que o Ministério de Estrangeiros preste informações a respeito. P. 367

Requeiro que se solicitem do governo, por intermédio do Ministério do Império, informações sobre o motivo que determinou a exoneração do Dr. Eugenio Toscano de Brito dos cargos de diretor e professor de pedagogia do Externato Normal da Provincia da Paraíba. P. 368

Do **Sr. Affonso Penna.** – Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

- 1.º Se é certo que o Banco do Brasil, na execução do último acordo que celebrou com o governo para empréstimos à lavoura, nos contratos hipotecários estipula o pagamento de juros de 6% trimestralmente;
- 2.º Se nos empréstimos por letras recebe os juros antecipadamente, a pretexto de desconto das letras;
- 3.º Se o acordo celebrado pelo governo autoriza tais atos. P. 380

Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Justiça, sendo ouvido o presidente da provincia de Minas Gerais, as seguintes informações:

- 1.º Se é exato que na cidade da Varginha estão exercendo funções judiciárias suplentes de juiz municipal, que são também vereadores, continuando no exército das funções municipais;

2.º Se foi reintegrado no comando do destacamento policial, em serviço na mesma cidade, inferior que fora removido a bem da disciplina e boa ordem do destacamento. P. 380

Do Sr. Americo de Souza. – Requeiro que se peça ao governo, por intermédio do Ministério de Estrangeiros, o que há de verdade no seguinte tópico de uma correspondência da Bahia, publicada no Jornal do Comércio de 26 do corrente:

“Outra decepção da província foi sobre a esperança que tínhamos de celebrar-se já o tratado de comércio, que consta estar particularmente combinado com o ilustre presidente Cleveland, dos Estados-Unidos, e que este fazia cordialmente para sustentar as indústrias do petróleo e dos materiais de vias-férreas, muito comprometidas. Se o negócio se concluísse, ainda este ano se aproveitaria a livre entrada do açúcar, no que a nossa lavoura beneficiaria 60% mais do que atualmente. Agora consta, pelas últimas cartas da Corte, que o Sr. Rodrigo Silva tapou a porta ao tratado nomeando o Sr. Souza Corrêa para Washington e fazendo tudo para afugentar o iniciador do tratado, ao qual se opõe por questões de etiqueta. ”

“Já por igual capricho, ou descuido, deixou de aproveitar a conferência de Londres, que daria larga entrada na Europa ao nosso açúcar. Entretanto a nossa deputação continua a admirar estes atos e apoiá-los, pouco se importando que o plantador de cana abandone a sua safra, pelo misero estado do comércio de exportação. “ p. 380

Requerimentos apresentados por diversos

Do Desembargador da Relação de Ouro Preto, Manoel Alves de Lima Gordilho, pedindo um ano de licença para tratar de sua saúde. P. 116

Do tenente-coronel Ignacio Luiz de Araujo Costa, pedindo o prazo de 10 anos para pagar, com suspensão completa de juros, o restante de seu debito para com a Fazenda Nacional, proveniente da arrematação em hasta pública de 501 bois das fazendas nacionais do Piauí. P. 144

Dos oficiais do Juízo dos Feitos da Fazenda, pedindo que seus vencimentos sejam melhorados. P. 144

Da diretoria da Imperial Sociedade Amante da Instrução, pedindo isenção de impostos para os legados que, d'ora em diante, houverem em favor do patrimônio da sociedade, em benefício do seu asilo. P. 169

De Francisco Forjaz de Lacerda, em nome das menores Christina, Marcia, Eulalia e Leonor, netas de Oliveira Guimarães, já falecido, pedindo que às ditas menores seja repartidamente concedido o montepio de seu falecido avô. P. 213

De D. Rita Januária da Silva Ramos, pedindo a entrega dos documentos, que instruíram uma petição que dirigiu ao Corpo Legislativo, em que solicitou uma gratificação pelos serviços prestado, gratuitamente, durante 11 anos, como professora pública, na colônia militar de Gurupi. P. 213

De Antonio José Leite Borges, pedindo concessão para prolongar a rua de Santo Ignacio, no Catete, até a rua Senador Correia. P. 240

Do Dr. Manoel Odorico Mendes e José Antonio Ferreira Guimarães, representando contra a cláusula da concorrência pública para realização de diversos melhoramentos, para os quais pediram privilégios e concessão. P. 240

De Collatino Marques de Souza e do engenheiro Collatino Marques de Souza Filho, solicitando privilégios, com a garantia de juros de 6% ao ano, durante 30 anos, para a

construção de uma via-férrea que, partindo do Passador, em Minas Gerais, atravessasse Goiás e vá até Cuiabá. P. 240

De **Collatino Marques de Souza e do engenheiro Collatino Marques de Souza Filho**, pedindo privilegio, com garantia de juro, sobre o capital necessário para o prolongamento da estrada de ferro Brasil Central. P. 349

Do **engenheiro José Augusto de Barros Menezes e outros**, pedindo diversos favores para um projeto de saneamento da Lagoa de Rodrigo de Freitas. P. 379

Do **engenheiro Damaso Pereira e Manoel da Silva Costa Junior**, pedindo permissão para efetuarem por si, ou por uma companhia que organizarem, os melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro prolongando a rua Larga de S. Joaquim até a do Visconde de Itaboraí. P. 379

Representações

Dos **moradores da freguesia de Nossa Senhora do Desterro**, contra o projeto de liberdade de cultos. P. 2

Da **Câmara Municipal de Turiaçu; dos habitantes dos municípios de S. Vicente Ferrer, do Arari, de Santo Ignacio do Pinheiro, dos habitantes da vila do Coroatá e da cidade de Turiaçu**, todos da província do Maranhão, pedindo indenização. P. 4 a 12

Dos **empregados da estrada de ferro D. Pedro II**, pedindo a adoção de certas medidas para garantir o seu futuro e melhorar os seus vencimentos. P. 40

Do **Dr. Antonio Pinheiro Guedes**, sobre a necessidade do tratamento homeopático nos hospitais militares e sobre a criação de enfermaria do mesmo sistema médico. P. 7

Dos **fabricantes de aguardente e lavradores residentes no município de Santo Amaro**, província da Bahia, pedindo que seja revogada a taxa de 50 réis por litro da produção anual das fábricas de bebidas alcoólicas, estabelecida pelo regulamento de 22 de fevereiro do corrente ano. P. 96

De **10.653 cidadãos residentes em várias localidades da província de Minas Gerais**, contra o projeto de liberdade de cultos. P. 121

Da **Câmara Municipal do Curvelo**, província de Minas Gerais, pedindo a convocação de uma constituinte com poderes para revogar os arts. 3º e 4º da Constituição. P. 123

Dos **lavradores e negociantes da Barra de S. João**, município do Rio de Janeiro, pedindo indenização pelos prejuízos que lhes causou a lei de 13 de maio do corrente ano. P. 126

De **Alexandre Fernandes Pereira**, contra a Câmara Municipal da Corte. P. 213

Representação da Congregação da Academia de Belas Artes da Bahia, pedindo uma subvenção para poder manter-se e continuar a prestar os serviços em prol da utilidade pública do estabelecimento pela mesma congregação fundado. P. 218

Do **comércio do município de Vassouras**, contra o ato do governo que classificou este município na primeira ordem para o pagamento das taxas fixas de indústria e profissão. P. 221

Dos **fabricantes de chapéus, em Pelotas, Rio Grande do Sul**, pedindo que o Parlamento não tome em consideração que a Associação Comercial de Porto Alegre reclama sobre chapéus, em proveito exclusivo da importação e em benefício da indústria similar estrangeira, e que se

mantenham os direitos ora vigentes para todas as classes de chapéus, a bem indústria provincial. P. 228

De **proprietários, moradores, agricultores e comerciantes da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros**, município de Niterói, pedindo indenização do valor dos ex-escravos. P. 243

Dos **agricultores e comerciantes, residentes no município de Itabaianinha, do Rio Real**, província de Sergipe, reclamando indenização do valor dos ex-escravos. P. 262

Dos **fabricantes de aguardente, estabelecidos na capital da Bahia**, contra as taxas que o regulamento de 22 de fevereiro de 1888 impõe sobre a indústria exercida pelos suplicantes. P. 268

De **36.205 cidadãos residentes na província de Minas Gerais**, contra o projeto de liberdade de cultos. P. 270

Da **Câmara Municipal da cidade de Mossoró**, província do Rio Grande do Norte, contra a invasão do território de sua jurisdição pela Câmara da cidade de Aracati, província do Ceará. P. 273

Da **Câmara Município da vila de Nova Friburgo**, província do Rio de Janeiro, pedindo, em nome dos lavradores da freguesia de S. José do Ribeirão do mesmo município, indenização pelos prejuízos causados pela lei de 13 de maio que extinguiu a escravidão no Brasil. P. 327

De **Bento de Almeida Baptista**, concessionário do prolongamento da rua do Senador Correia, contra a concessão feita ao engenheiro Antonio Lustosa Pereira Braga. P. 328

Dos **comerciantes de Santo Antonio de Padua**, província do Rio de Janeiro, contra a execução do novo regulamento, mandado observar pelo decreto n. 9870 de 22 de fevereiro de 1888, o qual aumenta os impostos de indústrias e profissões. P. 352

Do **Dr. Maximiano Marques de Carvalho**, pedindo que se decrete com urgência as obras para extinção da febre amarela. P. 367

Interpelações

Do **Sr. Rodrigues Peixoto**. – Requeiro que se marque dia e hora para o Sr. Ministro da fazenda responder às seguintes interpelações:

- 1.º Tem o governo recebido reclamações contra a execução do regulamento do imposto de indústria e profissões, que baixou com o decreto n. 9870 de 22 de fevereiro de 1888?
- 2.º Esse regulamento será executado em todas as partes e em todo o Império?
- 3.º Está o governo disposto a manter o mesmo regulamento, não obstante os embaraços que possa encontrar na sua execução? P. 60

Do **Sr. Zama**. – Requeiro que se marque dia e hora para dirigir ao Sr. Ministro da Justiça a seguinte interpelação:

- 1.º Quais os motivos de ordem ou interesse público que determinaram a remoção do juiz de direito da comarca do Juazeiro na Bahia, Dr. Americo Pinto Barreto, para a província do Espírito Santo, havendo 22 juizes de direito avulsos, de diversas entrâncias, que na forma da lei, deviam ser acomodados?

- 2.º Porque não foram reconduzidos os juizes municipais dos termos de Cachoeira, Mata de S. João, Abadia e Lençóis, na Bahia? Há notas ou informações, na Secretaria da Justiça que desabonem esses bacharéis – ao ex-juiz de direito de Juazeiro?
- 3.º Porque não foi reconduzido o juiz municipal o termo de Ilhéus, o bacharel Alfredo Cesar Cabussú, e foi entretanto nomeado ainda para o termo de Jacobina?
- 4.º Porque não se tem preenchido o lugar de juiz municipal do termo de Bom Jesus do Rio de Contas, em que a ordem pública tem sido frequentemente alterada pelos agentes policiais?
- 5.º O comandante superior da guarda nacional da comarca de Minas do Rio de Contas solicitou sua reforma? No caso negativo, houve para a sua reforma proposta do presidente da província, o conselheiro Manoel do Nascimento Machado Portella?
- 6.º foi acompanhada de proposta desse mesmo presidente a reforma do comandante superior das comarcas reunidas de Macaúbas e Urubu, e a nomeação do alferes Antonio Martiniano de Almeida para esse cargo?
- 7.º Que passos ou providências deu o Ministro para verificar se tinham ou fundamento as alegações por mim feitas nesta Câmara sobre a incapacidade de Severiano Antonio de Magalhães para o cargo de comandante superior da comarca de Carinhanha? P. 267

Projetos de lei oferecidos por deputados

- N. 80 – 1888.** – Pelo Sr. Elias Chaves e outros, sobre representação das províncias, na proporção de um deputado para 1.500 eleitores, servindo de base o alistamento eleitoral de 1887. P. 220
- N. 83 – 1888.** – Pelo Sr. Alves de Araujo, sobre licença ao bacharel Marcos Antonio Rodrigues de Souza, desembargador da Relação de São Paulo. P. 349
- N. 84 – 1888.** – Pelo Sr. Almeida Nogueira, sobre reforma eleitoral (eleição por províncias). P. 349

Proposta do Poder Executivo

Abre crédito suplementar de 7.059:366\$890 a diversas rubricas do Ministério da Fazenda, no exercício de 1886-1887. P. 247

Pareceres de comissões

- N. 59 C – 1888.** – Da comissão de orçamento, sobre emendas e aditivos oferecidos na 2ª discussão do orçamento do ministério da agricultura. P. 51
- N. 59 D – 1888.** – Da mesma comissão, sobre idêntico assunto. P. 65
- N. 66 B – 1888.** – Da mesma comissão, sobre emendas e aditivos oferecidos na 2ª discussão do orçamento da despesa do Ministério da Fazenda. P. 69
- N. 164 – 1888.** – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre a petição, de habitantes do município de Tubarão, província de Santa Catarina, para que os navios carreguem e descarreguem no porto de Imbituba, daquele município. P. 72
- N. 165 – 1888.** – Da mesma comissão sobre melhoramento de vencimentos e outros favores aos empregados da estrada de ferro D. Pedro II. P. 72

- N. 166 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre o patrimônio da Câmara Municipal de Uruguaiana. P. 72
- N. 167 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre melhoramento no bairro do Engenho Velho. P. 72
- N. 168 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos fiéis de armazém da Alfândega da Corte. P. 72
- N. 169 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos empregados da Intendência e do Arsenal de Guerra da Corte. P. 72
- N. 170 – 1888.** – Da comissão de polícia, sobre juramento de deputados. P. 82
- N. 171 – 1888.** – Da comissão especial, sobre a denúncia do capitão Gregorio Thaumaturgo de Andrade, contra o ex-Ministro da Guerra, conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. P. 117
- N. 172 – 1888.** – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre isenção de direitos em favor de Jorge de Mirandola Filho e outros. P. 218
- N. 173 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre relevação de pagamento de juros e moratória ao devedor da Fazenda Nacional, coronel Ignacio Luiz de Araujo Costa. P. 218
- N. 174 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos professores públicos da Corte. P. 218
- N. 175 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre relevação de prescrição para receber meio soldo em favor de D. Maria Cândida Avilez Moreira. P. 218
- N. 176 – 1888.** – Da comissão de saúde pública, sobre a criação de enfermarias pelo sistema homeopático nos hospitais militares 218
- N. 177 – 1888.** – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre conversão de imóveis em títulos da dívida pública – pretensão da Santa Casa da Misericórdia de Sorocaba, em São Paulo. P. 218
- N. 178 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre equiparação de vencimentos do ajudante do porteiro e contínuos do Tesouro Nacional aos dos empregados de igual categoria da Secretaria do Império. P. 218
- N. 179.** – **1888.** – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos empregados da repartição de quartel-mestre general. P. 219
- N. 180 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre melhoramento de reforma ao capitão de bombeiros Domingos Itacolomy Guanabara Ferreira. P. 219
- N. 181 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre prolongamento da rua Santo Ignacio, no Catete, pretensão de Antonio José Leite Borges. P. 296
- N. 182 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre montepio de marinha às netas do falecido capitão de mar e guerra João Baptista de Oliveira Guimarães. P. 296
- N. 70 B – 1888.** – Da comissão de orçamento, sobre emendas e aditivos oferecidos nas 2ª e 3ª discussões do orçamento da receita geral do Império. P. 335
- N. 183 – 1888.** – Da comissão de constituição e legislação, sobre a eleição de um deputado a que se procedeu em 1º e 2º escrutínios no 12º distrito da província do Rio de Janeiro. P. 367

N. 21 G – 1888. – Da comissão de orçamento, sobre uma emenda do Senado ao orçamento do Ministério do Império. P. 380

Parecer de comissão apresentado anteriormente e submetido à discussão

N. 151 – 1888. – Da comissão de polícia, dispensando do serviço ao ajudante do porteiro da secretaria da Câmara dos Deputados, Alexandre Cyrillo Fernandes da Rocha. P. 388

Requerimento de comissão

A **comissão de constituição e legislação**, para que possa dar parecer sobre as eleições ultimamente procedidas no 12º distrito do Rio de Janeiro, precisa e requer que, por esta Augusta Câmara, sejam requisitadas, pelos meios competentes, as atas que faltam da eleição na paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Paraty-Mirim, 1º e 2º escrutínios. P. 116

Indicação

Do **Sr. Gomes de Castro.** – Indico que a comissão de polícia proponha, com a máxima urgência, a substituição da fórmula do juramento, estabelecida pelo art. 17 do regimento, de modo que possa prestá-lo o cidadão eleito, quaisquer que sejam suas crenças e opiniões políticas. P. 82

Projetos que ainda não foram discutidos, mas sobre os quais já há parecer das respectivas comissões

N. 72 – 1888. – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre jubilação do cônego Antonio Henrique de Carvalho Ferro, lente de teologia no Seminário de Cuiabá. P. 59

N. 73 – 1888. – Da mesma comissão sobre isenção de impostos em favor da Escola Domestica de N. S. do Amparo, em Petrópolis. P. 73

N. 74 – 1888. – Da mesma comissão sobre relevação de prescrição para receber montepio, em favor de D. Amalia de Macedo Pimentel e D. Clotilde Canêro de Macedo Aché. P. 73

N. 75 – 1888. – Da mesma comissão sobre licença ao desembargador Casimiro de Senna Madureira, da Relação de Belém. P. 73

N. 76 – 1888. – Da mesma comissão sobre licença ao desembargador Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto, da relação de Goiás. P. 74

N. 77 – 1888. – Da mesma comissão sobre aposentadoria de Luiz Francisco de Barros, conservador de gabinete da Escola Politécnica. P. 219

N. 78 – 1888. – Da mesma comissão sobre licença ao bacharel Manoel Alves de Lima Gordilho, desembargador da Relação de Ouro Preto. P. 219

N. 79 – 1888. – Da mesma comissão sobre pensão ao padre João Gonçalves de Senna, pároco colado da freguesia de N. S. do Bomfim da Matta de S. João, na Bahia. P. 220

N. 81 – 1888. – Das comissões de fazenda e de obras públicas sobre a pretensão dos engenheiros José Brant de Carvalho e Francisco de Góes, para abertura de ruas na Cidade Nova. P. 240

N. 82 – 1888. – Emenda do Senado ao projeto n. 17 de 1887 sobre pensão em favor do aprendiz artilheiro reformado Alfredo Amando de Souza Aguiar. P. 327

Projetos de lei submetidos à discussão

N. 66 – 1888. – Da comissão de orçamento fixando a despesa do Ministério da Fazenda para o exercício de 1889. P. 14

N. 59 B – 1888. – Da mesma comissão. – Redação para 3ª discussão do orçamento da despesa do Ministério da Agricultura. P. 16

N. 70 – 1888. – Da mesma comissão, em que foi convertida a proposta do governo orçando a receita geral do Império para o exercício de 1889. P. 83

N. 64 – 1888. – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre dispensa de lapso de tempo para receber monte pio de Marinha em favor de D. Antonia Emilia da Silva Manta. P. 210

N. 108 – 1887. – Da mesma comissão sobre relevação de prescrição para receber meio soldo, em favor de D. Felisberta Amelia de Abreu e Prado. P. 210

N. 52 – 1888. – Das comissões de administração provincial e municipal e de fazenda sobre a petição do engenheiro Antonio Lustoza Pereira Braga, relativa ao prolongamento das ruas das Laranjeiras e do Senador Correia. P. 310

N. 39 A – 1888. – Da comissão de fazenda. Redação para 3ª discussão do projeto sobre abertura de uma nova rua em frente à de Felipe Nery e alargamento da de S. Bento². P. 211

N. 37 D – 1888. – Da comissão de orçamento. Emendas do Senado ao orçamento do Ministério da Marinha para 1889. P. 233

N. 68 A – 1888. – Da comissão de fazenda acerca do projeto vindo do Senado sobre bancos de emissão. P. 195

N. 67 – 1888. – Da comissão de marinha e guerra sobre melhoramento de reforma ao sargento reformado do Exército Sotero Joaquim de Almeida. P. 277

N. 71 – 1888. – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre reversão da pensão de 2:000\$ à Baronesa de S. Borja. P. 2

N. 23 – 1888. – Da mesma comissão aprovando a pensão concedida a D. Umbelina Leopoldina de Mello e Albuquerque (oferecido como emenda ao de n. 71). P. 277

N. 31 F – 1888. – Da comissão de orçamento – sobre emendas do Senado ao orçamento do Ministério do Império para 1889. P. 342

² Veja o Índice do IV vol. dos Anais deste ano, pág. 29 – nota.
Veja o Índice do IV vol. dos Anais deste ano, pág. 30 – nota.

ORADORES

A

Affonso Celso, págs. 80 (questões de ordem), 127, 148, 221, 348.

Affonso Penna, págs. 175 (orçamento da receita geral do Império), 221, 354 (bancos de emissão) 337 (emendas do Senado ao orçamento do ministério da agricultura).

Alfredo Chaves, pág. 17 (orçamento do ministério da agricultura).

Alves de Araujo, págs. 12, 62.

Americo de Souza, pág. 375.

Andrade Figueira, págs. 145 (dispensa do juramento), 146, 212, 255 (bancos de emissão), 311 (mensagem ao Papa), 323 (orçamento da receita geral do Império).

Araujo Góes, págs. 14 (orçamento da receita geral do Império), 243, 328.

Araujo Pinho, pág. 96.

B

Barão do Guahy, págs. 95, 355 (bancos de emissão).

Barão de Lucena (presidente), págs. 71, 80 (questão de ordem), 82, 114, 139, 195, 221.

Bezamat, pág. 70 (orçamento do ministério da fazenda).

C

Cantão, págs. 191, 192, 197 (orçamento da receita geral do Império).

Carlos Peixoto (1º secretario), págs. 110 (dispensa do juramento), 242.

Carlos Peixoto, págs. 126, 332, 383.

Castrioto, pág. 243.

Cesario Alvim, pág. 232 (orçamento da receita geral do Império).

Coelho Rodrigues, págs. 11 (dispensa do juramento), 141 (orçamento da receita geral do Império). 193, 252 (orçamento da receita geral do Império), 253 (idem), 264 (aditivos ao orçamento da receita), 344 (emendas do Senado ao orçamento do ministério do Império), 374 (orçamento da receita geral do Império).

Costa Aguiar, págs. 121, 144, 269, 316 (mensagem ao Papa).

Costa Pereira (ministério do império), págs. 60, 346 (emendas do Senado ao orçamento do Ministério do Império).

Custodio Martins, pág. 382.

D

Domingues da Silva, págs. 143, 174.

Duarte de Azevedo, págs. 347 (emendas do Senado ao orçamento do Ministério do Império), 378 (idem), 392 (idem.)

E

Elpidio Mesquita, págs. 268, 317 (orçamento da receita geral do Império).

Esperidião Marques (2º secretário), págs. 143, 262.

F

Felippe de Figueirôa, págs. 146, 192, 193.

Fernandes da Cunha Filho, pág. 343 (emendas do Senado ao orçamento do Ministério do império).

Freire de Carvalho, págs. 238 (emendas do Senado ao orçamento da marinha), 296, 375.

G

Gomes de Castro, págs. 3, 81 (questão de ordem), 106 (dispensa do juramento), 108 (idem), 109 (idem), 147 (idem), 193, 194.

H

Henriques, pág. 40.

Henrique Salles, pág. 343 (emendas do Senado ao orçamento do Ministério do império).

J

João Alfredo (ministro da fazenda), pág. 230 (orçamento da receita geral do Império).

João Manoel, pág. 271.

João Penido, págs. 43, 71, 148, 350.

Joaquim Nabuco, págs. 81 (questão de ordem), 107 (dispensa do juramento), 136, 138, 148, 276, 334 (mensagem ao Papa).

Joaquim Pedro, pág. 54 (orçamento do ministério da agricultura).

José Marcellino, págs. 28 (orçamento do ministério da agricultura), 397 (bancos de emissão).

Junqueira Ayres, pág. 52 (orçamento do ministério da agricultura).

L

Lemos, pág. 194.

Lourenço de Albuquerque, págs. 84 (orçamento da receita geral do Império), 151 (idem), 211, 212, 285 (bancos de emissão), 321 (orçamento da receita geral do Império).

M

Mac-Dowell, págs. 98, 138, 139, 168, 190 (orçamento da receita geral do Império), 192, 221, 237 (emendas do Senado ao orçamento da marinha), 254 (aditivos ao orçamento da receita).

Maciel, págs. 79, (questão de ordem), 82 (idem), 83, 114, 127 (dispensa do juramento), 193, 342.

Mancio Ribeiro, págs. 172, 187 (orçamento da receita geral do Império), 276.

Mariano da Silva, pág. 296.

Matta Machado, págs. 43 (orçamento do ministério da agricultura), 365 (orçamento da receita geral do Império).

Mattoso Câmara, pág. 150 (orçamento da receita geral do Império), 252 (idem), 280 (bancos de emissão) 356 (orçamento da receita geral do Império).

Milton, pág. 375.

Monteiro Manso, págs. 71, 148 (declaração sobre juramento).

Mourão, págs. 115 (dispensa de juramento), 220, 370.

O

Oliveira Ribeiro, pág. 202.

Olympio Campos, pág. 371.

P

Pacifico Mascarenhas, pág. 123.

Passos Miranda, págs. 244, 381.

Paula Primo, págs. 173, 244, 262, 263, 311.

Paulino Chaves, págs. 229, 240.

Pedro Beltrão, pág. 221.

Pedro Luiz, págs. 115, 126, 149, 233 (emendas do Senado ao orçamento do ministério da marinha), 343 (emendas do Senado ao orçamento do ministério do Império).

R

Ratisbona, págs. 83 (orçamento da fazenda), 210, 229, 266 (bancos de emissão).

Rodrigo Silva (ministro de estrangeiros), págs. 108 (dispensa do juramento) 171, 221, 330, 368, 380.

Rodrigues Alves, págs. 66 (orçamento do ministério da agricultura), 95.

Rodrigues Peixoto, págs. 162 (orçamento da receita geral do Império), 172, 191, 221, 295, 330, 333 (mensagem ao Papa), 352, 370.

S

Sebastião Mascarenhas, pág. 296.

Silva Tavares, págs. 123, 159 (orçamento da receita geral do Império).

T

Theodoro da Silva, pág. 139.

Theophilo dos Santos, págs. 225, 235 (emendas do Senado ao orçamento da marinha).

X

Xavier da Silva, pág. 274.

Z

Zama, págs. 82, 114, 133 (dispensa do juramento), 146, 243, 268, 379.